



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
AUDITORIA ESTADUAL DE FINANÇAS PÚBLICAS  
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2022

### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI (“Companhia”), vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, é uma **empresa pública** eminentemente prestadora de serviço público, qualificada como tal pela Lei Complementar nº 473 de 21 de dezembro de 2009. Está inscrita no CNPJ: 83.052.191/0001-62, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, instituída em conformidade com a Lei Estadual nº 5.089 de 14 de maio de 1975, registrada na Junta comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 42.3.0001408.7.

A EPAGRI surgiu da fusão da EMPASC – Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S/A com a empresa EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina. A fusão está prevista na Lei nº 8.245 de 18 de abril de 1991 em seu artigo 99, inciso VIII.

A Companhia tem por objetivos, planejar, coordenar, orientar, controlar e executar ou promover a execução, de forma descentralizada, a política estadual de pesquisa, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão rural do Estado de Santa Catarina, com intuito de promover o desenvolvimento autossustentável da agropecuária catarinense.

As atividades da Companhia são custeadas na maior parte com recursos do Tesouro do Estado sendo, portanto, uma empresa controlada pelo Estado de Santa Catarina. Em consequência, por força da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, sua escrituração deve obedecer às normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, dos Municípios e Distrito Federal. A escrituração contábil deve obedecer também aos preceitos da legislação comercial por força de Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Assim, a Companhia elabora as Demonstrações Contábeis para atendimento das normas da contabilidade pública e as Demonstrações Contábeis para atendimento das normas da contabilidade comercial.

As demonstrações da contabilidade comercial, divulgadas oportunamente conforme datas definidas nos dispositivos legais aplicáveis, são preparadas pelos empregados do quadro próprio da Companhia, com sistemas e atribuições compatíveis com as demandas. As demonstrações da contabilidade pública, parte integrante destas notas explicativas, são preparadas por um único



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
AUDITORIA ESTADUAL DE FINANÇAS PÚBLICAS  
**EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA**

servidora da Secretaria de Estado da Fazenda designada por Portaria (Portaria SEF nº 116 de 17/03/2022 publicada no Diário Oficial nº 21.737 de 25/03/2022) para exercer suas atividades junto à Companhia.

O lapso temporal entre a obrigatoriedade de apresentação das demonstrações contábeis (Pública e Comercial) ocasiona diferenças entre os saldos das contas entre as contabilidades, refletindo também na apuração da equivalência patrimonial das demonstrações do Governo do Estado (controlador) e de suas estatais (controladas).

### **Base de preparação**

As demonstrações contábeis que integram a prestação de contas foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao 6º bimestre de 2022.

A elaboração das demonstrações contábeis são padronizadas pela Diretoria de Contabilidade Geral - DCIF, observando a legislação vigente, as disposições contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) editado pela STN, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (Ipsas), publicadas pelo International Public Sector Accounting Standards Board (Ipsasb), observado o calendário de implantação contido nas Portarias STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, e nº 548, de 24 de setembro de 2015.

### **Moeda Funcional e de Apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado e do país.

## **2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

a) Disponibilidades: As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
AUDITORIA ESTADUAL DE FINANÇAS PÚBLICAS  
**EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA**

mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas: Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. Ao final de cada exercício, é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Estoques: Os estoques são registrados pelo custo de aquisição ou de produção e seu custo unitário é calculado com base no custo médio ponderado.

d) Investimentos Permanentes: As participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

f) Imobilizado: O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é da própria Companhia.

g) Intangível: O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

i) Depreciação, Amortização e Exaustão: A depreciação/amortização/exaustão de bens utiliza o método linear e segue a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 162/1998.

l) Restos a Pagar Os restos a pagar não processados inscritos no exercício de 2021 e não liquidados até 31/03/2022 foram cancelados. Os restos a pagar não processados, quando liquidados, permanecem com o status de restos a pagar não processados.

m) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários: Santa Catarina adota a política contábil de registro das retenções na conta Crédito Empenhado Liquidado Pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
AUDITORIA ESTADUAL DE FINANÇAS PÚBLICAS  
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA

momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O MCASP faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

o) Distinção entre Circulante e Não Circulante: A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso. Para os precatórios, a reclassificação do saldo do passivo não circulante para o passivo circulante foi realizada de acordo com as regras da Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017, que estende o prazo para quitação dos precatórios pendentes até 31/12/2024.

u) Apuração do Resultado: Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício. Já as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foram reconhecidas de acordo com o seu fato gerador, quando não reportado de forma diversa.

### **3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

A Companhia não possui dinheiro em caixa. Os equivalentes de caixa são representados pelas contas bancárias e os investimentos em aplicações financeiras ou poupança.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>25.369.434,19</b>	<b>35.452.883,40</b>
<b>RECURSOS VINCULADOS À CONTA ÚNICA</b>	<b>20.803.848,14</b>	<b>29.706.623,82</b>
<b>Disponível em conta corrente:</b>		
<b>Banco do Brasil</b>		
Caixa Econômica Federal	15.196,78	5.254,53
<b>Recursos liberados pelo Tesouro</b>	<b>20.788.651,36</b>	<b>29.701.369,29</b>
<b>Disponível em aplicações financeiras:</b>		
Caixa Econômica Federal	-	-



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
AUDITORIA ESTADUAL DE FINANÇAS PÚBLICAS  
**EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>RECURSOS VINCULADOS À CONVÊNIOS</b>	4.485.243,32	5.746.259,58
Disponível em conta corrente:	-	-
Banco do Brasil	-	-
Caixa Econômica Federal	-	-
Disponível em aplicações financeiras:	2.942.390,73	3.775.940,37
Banco do Brasil	2.942.390,73	3.775.940,37
Caixa Econômica Federal	-	-
Disponível em poupança:	1.542.852,59	1.970.319,21
Banco do Brasil	1.443.031,38	1.732.973,55
Caixa Econômica Federal	99.821,21	237.345,66

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, os recursos vinculados à conta única e os depositados na conta arrecadação (decorrentes principalmente do recebimento das receitas pela prestação dos serviços) são transferidos para a conta única do Estado. O saldo disponível destes recursos está representado em **Recursos liberados pelo Tesouro**.

Os recursos vinculados à convênios são decorrentes da celebração de contratos de convênios entre a Companhia e outras entidades para execução de projetos específicos definidos no acordo firmado entre as partes.

#### **4 CLIENTES**

O saldo da conta de clientes é composto pelos valores a receber decorrentes da venda de mercadorias: venda de livros, revistas, publicações técnicas, bebidas e destilados, entre outras; da prestação de serviços: consultoria técnica, assistência técnica e extensão rural, elaboração e supervisão de projetos, análises, entre outras.

	31/12/2022	31/12/2021
<b>TOTAL CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>	793.816,72	684.301,81
Faturas/duplicatas a receber sobre vendas	453.187,07	374.437,76
Faturas/duplicatas a receber sobre prestação de serviços	340.629,65	309.864,05

O saldo de clientes na contabilidade pública apresenta divergência em relação ao saldo da contabilidade comercial no mês de agosto, em razão do lapso temporal para fechamento das contabilidades, situação já mencionada no Contexto Operacional.



## 5 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As Provisões para Créditos de Liquidação são constituídas em montante considerado pela administração para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos e, de modo geral, correspondem aos valores vencidos há mais de seis meses.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
TOTAL PDD	(343.262,35)	(297.833,71)
(-) Ajuste de perdas de devedores duvidosos	(343.262,35)	(297.833,71)

### Movimentação durante o exercício:

<u>SALDO INICIAL</u>	<u>ADIÇÕES</u>	<u>REVERSÕES</u>	<u>BAIXAS</u>	<u>SALDO FINAL</u>
(297.833,71)	(150.896,49)	105.467,85	-	(343.262,35)

## 6 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
TOTAL ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	10.758.528,26	1.666.885,60
Adiantamentos concedidos a pessoal	10.758.528,26	1.639.871,36
Suprimento de Fundos/Diárias	-	27.014,24

O montante da conta de adiantamentos concedidos a pessoal refere-se aos créditos de Adiantamento de Férias, 1/3 de Férias, conforme Norma dos Acordos Coletivos de Trabalhos.



## 7 TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>TOTAL DE TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR</b>	<b>7.849.212,96</b>	<b>6.919.920,93</b>
IRRF a Compensar	279.075,79	262.834,17
IR e CSLL a Recuperar/Compensar	6.190.070,25	5.205.199,87
INSS a Compensar	737.995,33	836.906,41
Cofins a Compensar	499.860,90	478.034,51
PIS/PASEP a Compensar	99.322,69	94.057,97
Outros Tributos a Recuperar/Compensar	42.888,00	42.888,00

Os créditos relativos ao IRRF a recuperar são oriundos de valores retidos na fonte sobre os rendimentos auferidos de aplicações financeiras dos recursos próprios e sobre as notas fiscais de prestação de serviços emitidas, de acordo com a legislação vigente.

A conta de IR/CSLL a recuperar representa em sua maioria valores pagos a maior e também pagamentos de parcelamentos ainda não consolidados pela Receita Federal do Brasil – RFB. A Companhia vem realizando trabalho de recuperação de impostos e contribuições, que tem resultado em pedidos de restituição através de PER/DCOMP's, que se encontram em processo de análise na Receita Federal.

Os créditos relativos ao INSS a compensar são oriundos de valores retidos na fonte sobre as notas fiscais emitidas, de acordo com a legislação vigente, e de valores pagos a maior a compensar. Os créditos oriundos de PIS/COFINS/CSLL retidos, referem-se aos valores retidos na fonte sobre as notas fiscais emitidas, de acordo com a legislação vigente. Tais créditos vêm sendo compensados pela Companhia em suas apurações mensais.

## 8 CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>TOTAL CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO</b>	<b>76.785,98</b>	<b>17.329,43</b>
Créditos administrativos	76.785,98	12.710,95

Os créditos administrativos são valores oriundos a receber decorrentes em sua maior parte de acidentes de trânsito envolvendo veículos da Companhia. Este saldo é controlado analiticamente pela Contabilidade.



## 9 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO

	31/12/2022	31/12/2021
<b>TOTAL OUTROS CÉDITOS A RECEBER E VALORES CURTO PRAZO</b>	45.505,79	1.922.988,60
Aluguéis a receber	10.343,31	11.193,31
Dividendos Propostos a receber	754,05	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.242,32	821,39
Outros créditos a receber	33.166,11	88.164,16

O saldo da conta aluguéis corresponde aos valores a receber pelo aluguel de espaços para realização de eventos. Os dividendos e juros sobre capital próprio são referentes às ações da empresa Telefônica Brasil S.A. Outros créditos a receber e valores a curto prazo são valores correspondentes ao saldo a receber de receita de Royalties.

## 10 ESTOQUES

O estoque de mercadorias é avaliado pelo custo médio de produção, alocados os custos incorridos com a produção e fabricação, como mão-de-obra, matéria-prima, materiais diretos tais como, adubos, calcários, produtos químicos e biológicos, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, embalagens, rações, medicamentos e outros e uma parcela proporcional dos gastos gerais indiretos de fabricação com base na capacidade operacional normal para levar cada produto à sua atual condição e localização. A geração desse estoque decorre em sua maioria do excesso de produção utilizada na pesquisa. Os estoques da companhia estão demonstrados abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>ESTOQUES</b>	3.298.070,37	2.249.427,55
Mercadorias em armazém de terceiros para venda	204.287,89	57.774,85
Semoventes para venda	794.130,96	558.014,63
Produtos acabados	755.023,36	703.817,84
Produtos em elaboração	717.214,89	476.727,41
Matérias - primas	91.206,10	62.858,16
Almoxarifado	736.207,17	390.234,66

Os estoques de materiais de consumo disponíveis no almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição. Fisicamente os materiais estão alocados na Sede da Companhia.





## 11 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	296.240,60	711.114,86
Prêmios de seguros a apropriar	1.995,52	1.325,47
Assinaturas e anuidades a apropriar	247.285,49	657.408,45
Tributos pagos a apropriar	-	-
Demais VPD a apropriar	46.959,59	52.380,94

O saldo da conta agrupa as despesas que foram pagas antecipadamente e que serão apropriadas nos meses subsequentes pelo seu fato gerador. No mês de maio foi realizado contrato nº 405/2021 com a empresa Trust Advance Tecnologia da Informação Ltda EPP para aquisição de 2.000 licenças de antivírus com vigência de 17/05/2021 a 17/05/2026, na ordem de R\$ 225.040,00 (duzentos e vinte e cinco mil e quarenta reais).

Os tributos pagos a apropriar compreendem o valor do IPTU anual. A conta, Demais VPD a apropriar, registra a apropriação da despesa com Sistema Antivírus e de garantias estendidas.

## 12 DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
TOTAL DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	5.105.051,92	5.267.490,63
Depósitos judiciais	4.547.687,10	4.704.831,69
Depósitos para interposição de recursos	557.364,82	562.658,94

Os depósitos representam em sua quase totalidade à valores de ações trabalhistas em que a Companhia é ré e cujos processos são classificados como praticamente certos de julgamentos favoráveis aos autores.

## 13 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
TOTAL DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	58.018,00	50.259,82
Oi S.A.	107,16	307,38
Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás	258,74	238,34
Telefônica Brasil S.A.	46.943,00	38.946,60
Tim Participações S.A.	10.709,10	10.767,50



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
AUDITORIA ESTADUAL DE FINANÇAS PÚBLICAS  
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA

Os investimentos são compostos por participações em companhias com ações negociadas na bolsa de valores BM & FBOVESPÁ avaliados a valor de mercado.

Quantitativo de ações:

	31/12/2022	31/12/2021
Oi S.A. (ações ON)	141	141
Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás (ações ON)	2	2
Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás (ações PN)	2	2
Telefônica Brasil S.A. (ações ON)	413	413
Telefônica Brasil S.A. (ações PN)	430	430

#### 14 IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 (com exceção dos grupos: biblioteca, equipamentos de cozinha/lavanderia, aeronaves e animais de trabalho, que não sofreram correção). Não foram feitas as reavaliações/ajuste a valor presente dos bens conforme determina o Decreto nº 3.486 de 03 de setembro de 2010 e IN Conjunta DGPA SEA/DCOG-SEF nº 001 de 12 de abril de 2011.

A Companhia possui patrimônio próprio e seus bens são controlados por sistemas de gestão também próprios. Os encargos de depreciação foram calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas determinadas pela legislação fiscal.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>BENS MÓVEIS</b>	112.336.807,90	(67.503.608,11)	44.833.199,79	95.987.518,68	(61.736.252,51)	34.251.266,17
Máq., Apar., Equip. e Ferramentas	50.539.340,57	(30.918.080,18)	19.621.260,39	46.453.212,80	(28.341.500,33)	18.111.712,47
Equip. de Tecnologia da Informação	16.297.405,91	(10.751.311,96)	5.546.093,95	15.895.565,47	(10.288.378,37)	5.607.187,10
Móveis e Utensílios	7.303.790,74	(4.297.534,07)	3.006.256,67	7.271.234,82	(4.194.699,03)	3.076.535,79
Mat. Culturais, Educ. e de Comunicação	25.895,72	(14.914,30)	10.981,42	16.360,67	(14.465,69)	1.894,98
Veículos	38.170.374,96	(21.521.767,60)	16.648.607,36	26.351.144,92	(18.897.209,09)	7.453.935,83



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
AUDITORIA ESTADUAL DE FINANÇAS PÚBLICAS  
**EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA**

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>BENS IMÓVEIS</b>	32.620.989,17	(18.689.501,18)	13.931.487,99	29.878.389,69	(17.685.850,99)	12.192.538,70
Bens de uso especial	26.677.932,42	(16.797.620,85)	9.880.311,57	26.014.560,10	(15.945.434,86)	10.069.125,24
Bens imóveis em andamento	2.654.526,51	-	2.654.526,51	1.463.248,35	-	1.463.248,35
Instalações	3.053.431,63	(1.869.512,99)	1.183.918,64	2.253.689,97	(1.738.798,48)	514.891,49
Benfeitorias em bens de terceiros	235.098,61	(22.367,34)	212.731,27	146.891,27	- 1617,65	145.273,62

Os bens de uso especial englobam as edificações e os terrenos. As edificações são depreciadas à taxa de 4%. Os bens imóveis em andamento não são depreciados, assim como os terrenos. Já as instalações são depreciadas à taxa de 4%.

Desde agosto de 2019 a Companhia está realizando, em conjunto com suas Gerências Regionais, o inventário físico dos bens móveis permanentes, inclusive dos que se encontram cedidos, em manutenção ou em poder de terceiros. Os bens não sofrem processo de reavaliação, conforme já mencionado.

## 15 INTANGÍVEL

O saldo de R\$ 3.644.207,03 (Três milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, duzentos e sete reais e três centavos) em 31 de dezembro de 2022, que representa os ativos intangíveis, bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

A Companhia possui registrados os direitos de uso de sistemas aplicativos (software) ao custo de aquisição deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas determinadas pela legislação fiscal.

	31/12/2022					
	Saldo Inicial	Reclassificação	Adições	Baixas	Amortizações	Saldo final
<b>INTANGÍVEL</b>	8.976.761,66	(69.523,20)	2.563.112,43	(2.410,40)	-	11.467.940,49
<b>AMORTIZAÇÃO</b>	(6.873.539,24)	-	-	2.410,40	(952.604,62)	(7.823.733,46)
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	2.103.222,42	(69.523,20)	2.563.112,43	-	- 952.604,62	3.644.207,03



## 16 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR CURTO PRAZO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>TOTAL DE PESSOAL A PAGAR</b>	<b>68.828.935,67</b>	<b>41.979.617,15</b>
Décimo Terceiro Salário	17.044.980,99	-
Férias	16.571.187,80	13.299.768,45
Licença Prêmio	35.212.766,88	28.679.848,70

A provisão para gratificação de férias de 25% foi aprovada através da Resolução CPF nº 17/2010 e Norma Interna da EPAGRI item 4.4.7, sendo calculada mensalmente a razão de 1/12 sobre 25% do salário do empregado. O pagamento da gratificação é efetuado anualmente ao empregado através da folha de pagamento no mês seguinte a aquisição do período aquisitivo de férias

A provisão para licença especial é calculada a razão de 30 dias para cada período aquisitivo de 5 (cinco) anos, tendo o empregado o direito ao gozo de 30 dias de licença, podendo ser convertido em pecúnia nos casos de demissão sem justa causa, falecimento ou aposentadoria por invalidez.

A conta de Encargos Sociais a Pagar compreende:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	<b>36.316.337,00</b>	<b>32.324.325,62</b>
FGTS	5.490.078,79	6.303.505,58
Entidades de Prev.Privada e Complementar	3.786.542,34	2.161.477,13
Contribuição ao Plano de Saúde	2.742.191,18	3.481.125,15
INSS a pagar	24.297.460,86	20.378.121,12
Outros encargos sociais	63,83	96,64

Na conta de FGTS além do valor devido incidente sobre a folha de pagamento está reconhecido o valor incidente sobre as provisões (férias, décimo terceiro salário e licença especial). Os valores das contas Entidades de Prev. Privada e Complementar e Contribuição ao Plano de Saúde são compostos pela provisão dos referidos encargos incidentes sobre as provisões (férias, décimo terceiro salário e licença especial). A rubrica INSS a pagar engloba os saldos de INSS a pagar incidentes sobre a folha de pagamento do mês de julho, de encargos provisionados incidentes sobre a provisão de férias, décimo terceiro salário e licença especial, e também o saldo devedor do parcelamento de INSS.

O parcelamento INSS corresponde ao valor reconhecido no circulante do parcelamento PERT nº 1613393 da Lei nº 13.496 de 24 de outubro de 2017, art. 3º, inciso II, com adesão em 13/11/2017. Este parcelamento tem origem no parcelamento INSS ordinário PGFN nº 620433663 que engloba as Notificações Fiscais nº 370005481, 370005457, 370005503, referentes diferenças de recolhimento



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
AUDITORIA ESTADUAL DE FINANÇAS PÚBLICAS  
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA

do INSS patronal (SAT/RAT, INCRA, SEBRAE, SENAC, SESC), do período de outubro de 1995 a fevereiro de 2004.

O total da dívida consolidada, considerando as deduções previstas na Lei e o pagamento de 20% (vinte por cento) do total da dívida das notificações fiscais, no valor de R\$ 6.632.048,00 (seis milhões, seiscentos e trinta e dois mil e quarenta e oito reais) foi parcelada em 145 (cento e quarenta e cinco) vezes. O valor de cada prestação é acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente e calculadas a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês e que o pagamento for efetuado.

Até o encerramento do 4º bimestre de 2022 foram pagas 58 (cinquenta e oito) parcelas, estando pendentes de pagamento 87 (oitenta e sete) parcelas. Desse total, 12 (doze parcelas) estão registradas no circulante e as demais no passivo não circulante na conta **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo**.

## **17 FORNECEDORES NACIONAIS A PAGAR**

Compreendem as obrigações dos órgãos públicos, com vencimento no curto e no longo prazo, com os seus respectivos credores nacionais e internacionais tanto no que se refere ao fornecimento de mercadorias e de outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade quanto às obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, como energia elétrica, água, entre outros, aos entes públicos, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

## **18 PROVISÕES PASSIVAS**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	11.566.781,90	11.900.269,16
Provisão Indenizações Trabalhistas	7.070.156,16	7.403.643,42
Provisão Indenizações Cíveis	4.496.625,74	4.496.625,74

Na conta de Provisão para Indenizações Trabalhistas são reconhecidos os valores das causas trabalhistas prováveis, ou seja, cuja chance de julgamento favorável ao reclamante é maior que a



chance de ser desfavorável. O controle dos processos, dos valores provisionados e avaliação das probabilidades são realizadas pela Assessoria Jurídica da Companhia.

Geralmente, em um processo, cujo prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação, como por exemplo: a tendência jurisprudencial dos tribunais ou a tese já apreciada em tribunais superiores para questões que envolvam matéria de direito, e a produção ou a facilidade de se dispor de provas (documental, testemunhal - principalmente em questões trabalhistas - ou periciais) para questões que envolvam matéria de fato. Há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos.

São reconhecidos na conta de Provisão para Indenizações Cíveis os processos cuja chance de julgamento favorável ao reclamante é maior que a chance de ser desfavorável, ou seja, são considerados prováveis. Trata-se de processos cujos objetos consistem em indenizações, execuções de títulos judiciais e extras, e mandados de segurança sobre concursos públicos. O controle dos processos, dos valores provisionados e avaliação das probabilidades são realizadas pela Assessoria Jurídica da Companhia.

## **19 DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	8.955.311,10	10.000.327,40
Adiantamento de clientes	212.019,59	316.944,81
Consignações	4.051.116,28	9.622.821,35
Garantias	40.990,58	38.027,07
Depósitos não judiciais	11.443,54	21.083,68
Valores Restituíveis	4.576.862,89	-
Outras obrigações a curto prazo	62.878,22	1.450,49

O saldo de adiantamento de clientes corresponde ao valor recebido antecipadamente pela prestação de serviços ou venda de produtos. As consignações correspondem aos valores consignados na folha de pagamento do mês para futuro repasse aos detentores do direito creditório. As garantias são as cauções pagas pelos fornecedores previstas nos processos licitatórios, corrigidas mensalmente pelos índices de rendimento da poupança. Os depósitos não judiciais são recursos que ingressaram na conta bancária da Companhia e que pertencem a terceiros aguardando a identificação adequada para proceder à devolução.



## 20 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR LONGO PRAZO

O valor de R\$ 4.599.553,77 (quatro milhões, quinhentos e noventa e nove mil, quinhentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos) corresponde ao saldo de INSS parcelado a pagar com parcelas vincendas no longo prazo. Detalhes sobre o parcelamento foram apresentados na Nota Explicativa nº 15.

## 22 COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito está representado por ações ordinárias nominativas escriturais no valor nominal de R\$ 1,00 cada, tendo a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL</b>	<b>175.063.963,93</b>	<b>175.063.963,93</b>
<b>CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO</b>	<b>175.340.349,00</b>	<b>175.340.349,00</b>
Estado de Santa Catarina	169.781.641,53	169.781.641,53
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	5.554.778,03	5.554.778,03
Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	3.929,44	3.929,44
<b>CAPITAL SOCIAL A INTEGRALIZAR</b>	<b>(276.385,07)</b>	<b>(276.385,07)</b>
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	(275.055,93)	(275.055,93)
Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	(1.329,14)	(1.329,14)

As ações são distribuídas conforme percentuais discriminados abaixo:

SÓCIO	CAPITAL SUBSCRITO	% PARTICIPAÇÃO
Estado de Santa Catarina	169.781.641,53	96,82976%
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	5.554.778,03	3,16800%
Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	3.929,44	0,00224%
<b>TOTAL</b>	<b>175.340.349,00</b>	<b>100,00000%</b>

Florianópolis - SC, 15 de fevereiro de 2023.

Ercí Velho de Melo Petronilio  
CRC-SC-022111/O-3